

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Acerca da história do direito do trabalho, julgue os itens seguintes.

- ❶ Robert Owen, industrial inglês do século XIX, fez publicar, em 1812, o livro *New View of Society* e, em 1820, o livro *The Book of the New Moral World*, iniciativas apontadas como pioneiras na tentativa de regulamentação do direito do trabalho e de universalização de seus princípios.
- ❷ Em 1860, na Alemanha, o imperador Guilherme II assumiu lugar de destaque no movimento pela proteção internacional ao trabalhador, realizando a Segunda Conferência Internacional para o Estudo das Questões Operárias.
- ❸ A encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, do Papa Leão XIII, que conclamava todos os povos a adotarem os princípios da justiça social, foi o primeiro de uma série de diversos documentos editados pela Igreja Católica expondo a preocupação com a questão do trabalho e preconizando a união fraterna entre patrões e empregados, a partir da intervenção estatal.
- ❹ As constituições do México de 1917 e da Alemanha de 1919 foram as precursoras do denominado constitucionalismo social, movimento de inserção de normas sociais em textos constitucionais.
- ❺ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada após o fim da I Guerra Mundial (1914/1918), no Tratado de Versailles, firmado em 1919, sendo incorporada à Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1945, por ocasião da Conferência de São Francisco, que aprovou a Carta das Nações Unidas.

QUESTÃO 42

Com base na evolução histórica do direito do trabalho no Brasil, julgue os itens a seguir.

- ❶ As corporações de ofício foram abolidas pela Constituição de 1891, que reconheceu, em termos genéricos, a liberdade de associação, vedada a intervenção policial, salvo para manter a ordem pública.
- ❷ A Constituição de 1934 frustrou as expectativas ditadas pelo constitucionalismo social, pois limitou-se a impor ao legislador a edição de leis trabalhistas que buscassem tutelar os interesses econômicos do país e a dignidade do trabalhador.
- ❸ Embora marcando uma fase intervencionista do Estado, a Constituição de 1937 foi a primeira a tratar analiticamente do direito do trabalho, garantindo, entre outros direitos, a liberdade sindical, a isonomia salarial, a jornada de oito horas de trabalho, o repouso semanal e as férias anuais remuneradas.
- ❹ Apesar de ter qualificado a greve e o *lockout* como recursos nocivos, anti-sociais e incompatíveis com o interesse da produção nacional, a Constituição de 1946, considerada democrática, procurou romper com o corporativismo introduzido na Carta de 1937, sob a influência do fascismo europeu.
- ❺ Embora consagrando a liberdade sindical, a Constituição de 1967 tornou obrigatório o voto nas eleições para os sindicatos, também reconhecendo aos trabalhadores o exercício do direito de greve, salvo nos serviços públicos e nas atividades essenciais.

QUESTÃO 43

A propósito do contrato individual de trabalho, julgue os itens abaixo.

- ❶ A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, mesmo que em caráter temporário, competindo ao empregador anotá-la e restituí-la no prazo de 48 horas a contar da admissão do empregado; a celebração verbal do contrato de trabalho pode afastar o registro na CTPS, caso assim consentam os contratantes, sendo devidas, em qualquer caso, as contribuições previdenciárias resultantes.
- ❷ O contrato de trabalho equivale ao acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego; reclama agentes capazes e objeto lícito, não podendo ser pactuado por trabalhadores com idade igual ou inferior a dezesseis anos de idade, salvo a partir dos catorze anos de idade, na condição de aprendiz.
- ❸ Quando celebrado o contrato por prazo determinado, a título de experiência, o prazo máximo será de noventa dias, admitidas duas prorrogações dentro desse período.
- ❹ Quando celebrado por prazo determinado, em função do exercício de atividades empresariais de caráter transitório, o prazo máximo do contrato será de dois anos, sem qualquer possibilidade de prorrogação.
- ❺ Os vínculos de trabalho entre as cooperativas e seus associados não possuem natureza empregatícia; presentes, contudo, a personalidade na prestação dos serviços, a habitualidade, a onerosidade e a subordinação jurídica do operário a dirigentes da cooperativa, a relação contratual de emprego será reconhecida, pois vigora no direito do trabalho o princípio da primazia da realidade.

QUESTÃO 44

Com relação ao direito a férias, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Salvo quando suspenso em caráter disciplinar por período superior a trinta dias, ao longo de cada período aquisitivo, o empregado tem direito ao gozo de férias anuais remuneradas com adicional de um terço.
- ❷ Na forma da legislação vigente, faltando ao trabalho sem justificativa entre quinze e 23 dias ao longo do período aquisitivo, o empregado terá direito à fruição de dezoito dias de férias.
- ❸ Os períodos correspondentes a afastamentos resultantes de acidente de trabalho inferiores a seis meses devem ser computados na aferição do período aquisitivo das férias, salvo cláusula contratual ou normativa em contrário. Quando a percepção de prestações de acidentes de trabalho ocorrer por período superior a seis meses, ainda que descontínuos, ao longo de um mesmo período aquisitivo, o empregado perderá o direito às férias.
- ❹ A época de fruição das férias deve ser fixada pelo empregador, ressalvando-se o direito dos empregados que compõem uma mesma família, quando vinculados a uma mesma empresa, de gozarem suas férias em períodos coincidentes. Ao trabalhador estudante menor de dezoito anos assiste o direito de gozar as férias em períodos coincidentes com as férias escolares, desde que não resultem prejuízos para a atividade patronal.
- ❺ A concessão de férias coletivas insere-se no âmbito discricionário do poder diretivo do empregador, que deverá, contudo, obrigatoriamente, dar ciência ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e aos sindicatos representativos da categoria profissional, expondo as datas de início e término das férias e os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

QUESTÃO 45

Considerando as regras legais de remuneração das férias, julgue os seguintes itens.

- ❶ Quando o salário for pago por tarefas, sistema remuneratório que conjuga os critérios de produção mínima e tempo de trabalho, a remuneração das férias tomará por base a média da produção verificada no período aquisitivo, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa vigente na data da concessão das férias.
- ❷ Aos empregados comissionistas o pagamento das férias é feito com base na média das comissões auferidas nos seis meses anteriores à data da respectiva concessão, salvo havendo regra contratual mais benéfica em contrário.
- ❸ As férias concedidas após o período de doze meses seguintes à data da respectiva aquisição devem ser pagas em dobro, incluídas as prestações habituais concedidas em utilidades pelo empregador.
- ❹ O pagamento das férias deve ser efetuado até dois dias antes do início da respectiva fruição, facultando-se ao empregado converter um terço das férias em abono pecuniário, mediante requerimento a ser oferecido em até quinze dias antes do término do período aquisitivo. Em se tratando de férias coletivas, o abono pecuniário apenas será devido se pactuado em acordo coletivo entre a empresa e o sindicato profissional.
- ❺ Desde que celebrado com a assistência sindical, o acordo firmado entre empregado e empregador, envolvendo a renúncia ao direito à fruição de férias mediante o recebimento do respectivo valor em dobro, é perfeitamente válido, não afrontando nenhuma norma de proteção ao trabalho.

QUESTÃO 46

Julgue os itens subseqüentes, a propósito de remuneração e salário.

- ❶ As gorjetas recebidas, sejam elas concedidas espontaneamente pelos clientes ou cobradas compulsoriamente pelo empregador, integram a remuneração do empregado para todos os efeitos legais.
- ❷ As ajudas-de-custo e as diárias para viagem que não excedam 50% do salário do empregado não integrarão o salário.
- ❸ Não integram o salário as despesas suportadas pelo empregador para custeio da educação do empregado, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, a título de matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
- ❹ O valor do salário-utilidade correspondente à habitação coletiva concedida pelo empregador deve ser apurado mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
- ❺ Na forma da legislação vigente, são consideradas como partes integrantes do salário as despesas realizadas pelo empregador a título de assistência médica, hospitalar e odontológica prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.

QUESTÃO 47

Quanto às regras salariais, julgue os itens a seguir.

- ❶ O pagamento dos salários, incluídas as comissões, não pode ser estipulado por período superior a um mês, observando o limite máximo do quinto dia útil subseqüente ao vencido, ressalvando-se, apenas, as comissões e percentagens, que só são exigíveis após ultimadas as transações a que se referem.
- ❷ Na ausência de estipulação do valor salarial ou não havendo prova acerca da importância ajustada, terá o trabalhador direito a receber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, executar serviço equivalente ou o valor habitualmente pago para serviço semelhante.
- ❸ Como manifestação do postulado da isonomia nas relações de trabalho, o direito à equiparação salarial pressupõe, exclusivamente, o exercício de idêntica função, com igual produtividade e perfeição técnica, ao mesmo empregador, na mesma localidade.
- ❹ Ao empregador é vedado efetuar descontos nos salários dos empregados, salvo quando resultarem de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de norma coletiva, bem como de eventuais danos causados ao patrimônio do empregador podem ser descontados do salário — quando configurada a negligência de operário na execução de suas atividades —, independentemente de qualquer ajuste contratual prévio.
- ❺ Aos trabalhadores comissionistas assiste o direito ao recebimento proporcional das comissões alusivas às transações realizadas por prestações sucessivas, ainda quando tenha ocorrido a posterior rescisão do contrato de trabalho.

QUESTÃO 48

No que se refere à sistemática legal que informa a alteração das cláusulas contratuais de trabalho, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em face da natureza contratual da relação de emprego, a alteração das condições originais ajustadas depende do concurso bilateral de vontades, apenas sendo válida quando não causar prejuízos diretos ou indiretos ao empregado.
- ❷ Por aplicação da teoria da estabilidade financeira, o empregado ocupante de função ou cargo de confiança por período superior a dez anos não poderá reverter à função ou cargo efetivo ou sofrer redução em sua remuneração.
- ❸ Ao empregador é defeso transferir o empregado, sem a sua expressa anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, ainda que tenha ocorrido a extinção do estabelecimento da lotação original. Nessa situação, não concordando o empregado com a transferência, deverá o empregador arcar com o pagamento das verbas próprias da rescisão contratual por sua iniciativa.
- ❹ A transferência do empregado para outro estabelecimento, quando processada a pedido do próprio trabalhador, não obriga a empresa a suportar eventual acréscimo de despesa no transporte diário necessário para a execução do contrato.
- ❺ Fundada a transferência do empregado em necessidade imperiosa e provisória do serviço, deverá o empregador arcar com o pagamento de adicional de 25% do salário do empregado, enquanto perdurar a situação.

QUESTÃO 49

A propósito da rescisão, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O afastamento do empregado para cumprir as exigências do serviço militar faculta ao empregador o direito de rescindir o contrato, sem o pagamento de qualquer indenização.
- ❷ Os afastamentos do trabalho gerados pela doação voluntária de sangue — um dia a cada doze meses de trabalho — e pela necessidade de comparecimento aos órgãos da justiça geram a interrupção do contrato de trabalho, não causando qualquer prejuízo salarial ao trabalhador.
- ❸ No exercício de seu poder diretivo, não pode o empregador suspender o empregado por mais de trinta dias, sob pena de se considerar injustamente rescindido o contrato, com todas as conseqüências patrimoniais resultantes.
- ❹ A aposentadoria por invalidez promove a suspensão do contrato de trabalho pelo prazo necessário para a efetivação do benefício, assistindo ao trabalhador, se tiver recuperado a sua capacidade laborativa, o direito de retornar à função anteriormente ocupada, caso em que será facultado ao empregador o direito de rescindir o contrato, com o pagamento dos títulos rescisórios decorrentes.
- ❺ Quando resultante da incapacitação do empregado para o trabalho, o período de afastamento inferior a trinta dias configura a interrupção do contrato, não afetando o direito à percepção integral dos salários correspondentes.

QUESTÃO 50

Julgue os itens subseqüentes, acerca das regras que informam a rescisão dos contratos de trabalho.

- ❶ A rescisão contratual por iniciativa do empregado, quando o tempo de serviço for superior a um ano, apenas será válida quando processada com a assistência do sindicato profissional da categoria ou perante autoridade do MTE.
- ❷ O pagamento das verbas rescisórias somente poderá ser feito em dinheiro a trabalhador analfabeto, no prazo de dez dias contados da data da comunicação da dispensa, na hipótese de indenização do aviso prévio pelo empregador.
- ❸ Tratando-se de contrato por prazo determinado, a dispensa imotivada do empregado, antes de exaurida a vigência inicialmente pactuada, impõe ao empregador a obrigação de pagar o valor equivalente às parcelas rescisórias devidas nas rescisões dos contratos celebrados por prazo indeterminado.
- ❹ A embriaguez do empregador, ainda quando não causar prejuízos à execução das obrigações assumidas, autoriza o empregado a considerar indiretamente rescindido o contrato, hipótese em que fará jus às mesmas indenizações cabíveis na rescisão deliberada pelo empregador.
- ❺ Havendo culpa recíproca no ato que determinar a rescisão do pacto laboral, a indenização devida corresponderá à metade do valor que seria devido em caso de culpa exclusiva do empregador.

QUESTÃO 51

Ainda a propósito das regras que disciplinam as rescisões dos contratos de trabalho, julgue os itens seguintes.

- ❶ No contrato por prazo indeterminado, a parte que quiser rescindi-lo sem justo motivo deve comunicar essa intenção à outra, nos prazos mínimos de oito dias (quando o pagamento for efetuado por semana ou período inferior) ou de trinta dias (quando o pagamento for efetuado por quinzena ou mês).
- ❷ Tratando-se o aviso prévio de obrigação do empregado, quando opta por desligar-se do emprego, a falta de sua concessão ao empregador possibilita o desconto do valor equivalente ao salário do período por ocasião do acerto rescisório.
- ❸ Durante o cumprimento do aviso prévio concedido pelo empregador, permanecem inalteradas as cláusulas e condições de trabalho até então praticadas, ressalvando-se apenas a redução da jornada diária em duas horas ou a interrupção do trabalho por sete dias corridos, conforme opção do empregado, a fim de que possa buscar nova colocação no mercado de trabalho.
- ❹ Como manifestação do princípio da continuidade da relação de emprego, o aviso prévio feito pelo empregado pode ser reconsiderado, independentemente da anuência do empregador, desde que formalizada a retratação antes do término do período correspondente.
- ❺ O aviso prévio, quando do distrato ou da rescisão por culpa recíproca dos contratantes, deve ser pago de forma integral pelo empregador.

QUESTÃO 52

A respeito dos princípios e das regras que informam o direito do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 1 As regras legais que informam a relação jurídica de emprego, fundadas no postulado maior da proteção ao hipossuficiente, definem o patamar mínimo de direitos a serem observados pelos sujeitos da relação de emprego, facultando-lhes, não obstante, a celebração de novas cláusulas e condições de trabalho, que não podem contrariar ou reduzir as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as decisões das autoridades competentes e as normas coletivas de trabalho.
- 2 De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, os acordos e convenções coletivos de trabalho, quando celebrados com estrita observância dos procedimentos legais definidos em nível infraconstitucional, podem introduzir novas cláusulas contratuais a serem aplicadas às relações jurídicas celebradas no âmbito de representação dos sindicatos pactuantes, inclusive quando contrariarem ou flexibilizarem o rigor das normas de proteção ao trabalho.
- 3 Como manifestação do princípio da proteção, pedra de toque do direito do trabalho, a vedação legal às alterações contratuais que proporcionem prejuízos diretos ou indiretos aos empregados aplica-se às relações individuais e coletivas de trabalho.
- 4 Quando ajustada diretamente entre os sujeitos da relação de trabalho, a redução salarial é nula de pleno direito, sendo, contudo, válida, quando prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 5 Desde que estabelecida em acordo ou convenção coletiva de trabalho, a previsão de trabalho em duração superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, para as atividades submetidas a regime ininterrupto de revezamento, não denota afronta à ordem jurídica.

QUESTÃO 53

A propósito do tema da terceirização no direito do trabalho, julgue os itens abaixo.

- 1 Com exceção do trabalho temporário, disciplinado na Lei n.º 6.019/1974, a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o contrato de emprego com o próprio tomador dos serviços. Ficam excepcionadas as atividades de vigilância, conservação e limpeza, além de outras ligadas às atividades-meio do tomador, desde que não exista pessoalidade e subordinação direta entre o trabalhador e a pessoa física ou jurídica contratante.
- 2 Salvo quando se tratar de empresa pública, que se submete ao mesmo tratamento previsto para as empresas privadas congêneres, a terceirização irregular de atividades no âmbito da administração pública não gera vínculo de emprego com os seus respectivos órgãos, em face da necessidade de prévia aprovação em concurso público para essas contratações.
- 3 As relações de subempreitada, típica espécie de terceirização, geram a responsabilidade solidária do empregador principal pela satisfação dos débitos trabalhistas constituídos pelo subempreiteiro.
- 4 A falência das empresas prestadoras de trabalho temporário constituídas na forma da Lei n.º 6.019/1974 configura a responsabilidade solidária das empresas tomadoras pelos recolhimentos previdenciários e pelo pagamento das remunerações devidas, relativamente ao período em que o trabalhador esteve sob seu comando.
- 5 O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa de prestação de serviços terceirizados gera a responsabilidade subsidiária da pessoa física ou jurídica tomadora pelo pagamento respectivo, sendo, contudo, necessário que haja participação da relação jurídica processual e que figure no título executivo correspondente.

QUESTÃO 54

Com relação às cooperativas de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 1 As cooperativas de mão-de-obra são criadas mediante contrato de sociedade entre pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, objetivando lucro.
- 2 Como espécie societária típica, as cooperativas de mão-de-obra são sociedades civis que não se sujeitam à falência, constituídas para a prestação de serviços aos associados e que se particularizam em relação às demais sociedades, entre outras razões, pela adesão voluntária de seus membros e pelo rateio das sobras líquidas de forma proporcional às operações realizadas por seus associados, salvo deliberação em contrário a cargo da assembléia geral.
- 3 As relações entre a cooperativa de mão-de-obra e seus associados são regidas pela CLT, salvo disposição contrária em seus estatutos.
- 4 A demissão do trabalhador cooperado apenas pode ocorrer por infração legal ou estatutária, jamais a pedido do próprio trabalhador, observada a respectiva anotação no Livro de Matrícula, com a exposição do fato que a determinou.
- 5 A responsabilidade do trabalhador cooperado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

QUESTÃO 55

Com referência aos sindicatos e à organização sindical brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 1 É livre a associação em sindicato para fins de estudo, defesa e coordenação dos interesses econômicos e profissionais de todos quantos exerçam as mesmas atividades ou profissões, ainda quando similares ou conexas, observada, contudo, a submissão obrigatória das contas do sindicato aos órgãos de fiscalização do MTE, depois de aprovadas em assembléia, em razão da natureza tributária da contribuição sindical prevista em lei.
- 2 A expressão social elementar compreendida como categoria profissional é composta pela similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.
- 3 Os sindicatos possuem a representação administrativa e judicial dos interesses individuais dos associados, relativamente à atividade ou profissão exercida.
- 4 Por aplicação do princípio da unicidade sindical, admite-se a criação de sindicatos profissionais por empresas.
- 5 Os empregados sindicalizados, quando inscritos no processo eleitoral para cargo de administração ou representação sindical, gozam de estabilidade no emprego a partir da data da respectiva eleição até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

QUESTÃO 56

Acerca da temática sindical, julgue os itens abaixo.

- 1 Aos órgãos do MTE incumbe o registro dos atos constitutivos dos sindicatos, como condição para aquisição da chamada personalidade jurídica sindical.
- 2 As federações e confederações, na condição de associações sindicais de grau superior, apenas estarão legitimadas ao processo negocial coletivo quando as categorias a elas vinculadas não estiverem organizadas em sindicatos.
- 3 Embora garantida a liberdade de associação a todos os trabalhadores, a ordem jurídica em vigor assegura ao trabalhador sindicalizado, quando em igualdade de condições, a preferência para ingresso em funções públicas ou assemelhadas e para a obtenção de empréstimos concedidos pelas agências financeiras do governo.
- 4 Além da contribuição sindical prevista em lei, podem ser estabelecidas outras contribuições pelos integrantes da categoria profissional, independentemente da contribuição prevista para custeio do sistema confederativo, apenas aplicáveis aos trabalhadores sindicalizados.
- 5 Ao aposentado associado assiste o direito de participação ativa na organização sindical, inclusive de votar e ser votado, salvo havendo restrição fundada em motivo juridicamente relevante, devidamente inscrita nos estatutos do sindicato e da qual tenha sido expressamente cientificado no ato de sua filiação.

QUESTÃO 57

No que se refere às regras de organização e competência da justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 1 Incorporada ao Poder Judiciário com a Constituição de 1946, a justiça do trabalho tem seus tribunais compostos por juízes recrutados entre os magistrados de carreira, advogados e membros do Ministério Público, observada a proporção de dois terços dos cargos para os juízes de carreira e de um terço para as outras classes mencionadas.
- 2 Na justiça do trabalho, todos os julgamentos são públicos e todas as decisões motivadas, salvo quando existir interesse público que justifique a adoção do procedimento do segredo de justiça, caso em que não serão exigíveis as regras acima referidas.
- 3 A competência da justiça do trabalho alcança as relações contratuais de emprego mantidas entre trabalhadores nacionais e pessoas jurídicas de direito público externo, travadas em território nacional.
- 4 Os dissídios entre servidores públicos federais — submetidos a regime jurídico administrativo, de natureza especial — e os entes administrativos a eles vinculados apenas são solucionados pela justiça do trabalho quando não existirem, na localidade, órgãos da justiça federal.
- 5 Nas ações coletivas propostas para a tutela de interesses genéricos e abstratos dos integrantes da categoria profissional, os tribunais do trabalho editam julgamentos de caráter declaratório-constitutivo, cujo descumprimento autoriza a propositura da denominada ação de cumprimento, perante os órgãos primários de jurisdição.

QUESTÃO 58

Acerca dos princípios do direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 1 O princípio do devido processo legal, em sua perspectiva instrumental, supõe a ampla regularidade do procedimento, como instrumento estatal de pacificação dos conflitos.
- 2 O princípio dispositivo admite exceção no direito processual do trabalho, pois faculta-se ao juiz o impulso de ofício nas execuções, independentemente de provocação dos interessados.
- 3 O princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, como expressão da concentração dos atos processuais trabalhistas, admite uma única exceção: as decisões concessivas da antecipação dos efeitos da tutela.
- 4 Por aplicação do princípio da subsidiariedade, as normas do direito processual comum são fontes complementares do direito processual do trabalho, devendo ser prestigiadas quando, embora exista regra específica no direito processual especial, a adoção da norma processual comum permitir a obtenção de resultado melhor e socialmente mais justo.
- 5 Aplica-se no direito processual do trabalho o princípio da identidade física do juiz, segundo o qual o juiz titular ou substituto que concluir a audiência deve julgar a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, caso em que o processo será repassado ao sucessor.

QUESTÃO 59

Quanto às regras legais que informam o processo judiciário do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 1 A oitiva de testemunhas será admitida quando conduzidas espontaneamente pelas partes interessadas, desde que tenha sido previamente depositado em juízo o rol respectivo no prazo de até cinco dias antes da data da realização da audiência.
- 2 As testemunhas que forem parentes de qualquer dos litigantes até o terceiro grau civil apenas poderão depor se assumirem o compromisso de dizer a verdade, devendo, obrigatoriamente, ser advertidas das consequências criminais por falso testemunho.
- 3 As partes deverão estar presentes à audiência, independentemente do comparecimento de seus advogados. Faculta-se ao reclamado, entretanto, a representação por gerente ou preposto, que deve ter conhecimento dos fatos. Quando impossibilitado por doença ou outro motivo justificador, admite-se ao trabalhador a representação por outro empregado ou pelo sindicato profissional.
- 4 A ausência do reclamante à audiência, antes de contestada a ação, impõe o arquivamento do feito, com a extinção do processo sem exame do mérito. Se o trabalhador der causa a dois arquivamentos sucessivos da reclamação, por não-comparecimento às audiências designadas, perderá o direito de reclamar por seis meses.
- 5 Deixando o reclamado de comparecer ou de se fazer representar à audiência, depois de contestada a ação, incorre em confissão ficta, de sorte que todas as questões de fato polemizadas serão solucionadas em favor da parte contrária.

QUESTÃO 60

Com relação aos recursos no processo do trabalho, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em causa submetida ao rito sumaríssimo, com valor inferior a quarenta salários mínimos, o recurso ordinário interposto contra a sentença apenas será admitido quando envolver questões de direito, pois as questões de fato devem ser decididas soberanamente pelo juízo monocrático de primeiro grau.
- ❷ Da decisão judicial que define o valor da causa, omitido na petição inicial, admite-se em 48 horas a interposição de recurso — denominado pedido de revisão — ao presidente do tribunal ao qual vinculado o juízo que decide tal incidente.
- ❸ Em geral, os recursos ordinários interpostos contra sentenças proferidas em ações individuais são gravados com os efeitos suspensivo e devolutivo, inviabilizando a instauração da execução provisória.
- ❹ Contra decisão interlocutória que admite a regularidade dos pressupostos de recurso interposto e determina a respectiva remessa ao órgão judicial competente admite-se a interposição do recurso de agravo de instrumento, processado em autos apartados e retido nos autos principais, a ser examinado pelo tribunal competente para o julgamento do recurso aviado.
- ❺ O recurso de revista dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) é dotado de efeito apenas devolutivo, sujeitando-se ao juízo prévio de admissibilidade a cargo do presidente do tribunal regional recorrido.

QUESTÃO 61

Acerca do direito internacional do trabalho e dos tratados e organizações internacionais, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O direito internacional do trabalho, capítulo relevante do direito internacional público, tem por finalidade básica a universalização das normas de proteção ao trabalho, apoiadas nos princípios da justiça social e da dignificação do trabalho humano, mediante iniciativas voltadas ao incremento da cooperação internacional ligada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.
- ❷ Constituem objetos do direito internacional do trabalho as relações entre Estados e entre Estados e organizações internacionais competentes em matéria trabalhista, a atividade normativa tendente à incorporação de direitos e obrigações nos sistemas jurídicos nacionais e os programas de assistência técnica destinados a harmonizar o desenvolvimento econômico com o progresso social.
- ❸ Os tratados internacionais editados no âmbito da OIT, voltados à realização de seus objetivos institucionais, embora obriguem os Estados que originalmente os subscreverem, permanecem abertos à ratificação por outros países ao longo de sua vigência.
- ❹ A Conferência Internacional do Trabalho (CIT), órgão máximo da estrutura orgânica da OIT, corresponde à assembléia geral de todos os seus Estados-membros, competindo-lhe a edição de convenções, recomendações e resoluções ligadas ao direito internacional do trabalho e questões conexas.
- ❺ A OIT é vinculada à estrutura da ONU e não tem personalidade jurídica própria. Seus membros indicados pela CIT, participam, embora sem direito a voto, das reuniões do Conselho Econômico e Social da ONU e de suas comissões e comitês.

QUESTÃO 62

Quanto às regras legais que informam o salário mínimo no Brasil, julgue os itens abaixo.

- ❶ De acordo com a Constituição em vigor, o salário mínimo deve ser fixado em lei, a ser editada no âmbito de cada estado da federação, observadas as peculiaridades regionais voltadas ao atendimento das necessidades vitais do trabalhador que envolvam, direta e exclusivamente, o custeio de moradia, alimentação, saúde, higiene, transporte e previdência social.
- ❷ A utilização do valor do salário mínimo como referencial de indexação ou correção apenas pode ocorrer para cálculo de benefícios devidos pela previdência social.
- ❸ Salvo o caso de empregado doméstico, que recebe benefícios salariais indiretos, como moradia e alimentação, é garantido a todos os trabalhadores o direito à percepção de salário igual ao valor do salário mínimo, ainda quando o contrato envolver apenas o pagamento de comissões.
- ❹ As prestações *in natura* fornecidas pelo empregador, envolvendo despesas relativas a alimentação, habitação e vestuário, podem ser consideradas como partes integrantes do salário mínimo, devendo, contudo, o pagamento em dinheiro remanescente corresponder a pelo menos 30% do valor do salário mínimo.
- ❺ No caso de trabalhadores urbanos submetidos ao regime da CLT, serão nulas de pleno direito quaisquer disposições contratuais individuais que estipulem salário inferior ao mínimo legal.

QUESTÃO 63

A propósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), julgue os itens a seguir.

- ❶ Introduzido em 1966, pela Lei n.º 5.107, o sistema do FGTS teve o duplo objetivo de financiar a construção de habitações populares e de eliminar a indenização e estabilidade decenal no emprego, aplicando-se, inicialmente, aos trabalhadores urbanos e avulsos.
- ❷ Como direito individual assegurado aos trabalhadores, o sistema do FGTS colheu os contratos de trabalho em curso ao tempo da sua edição, afastando o modelo da estabilidade decenal preconizado na CLT.
- ❸ Em face dos fundamentos sociais que presidiram a edição do FGTS, aos empregados detentores do direito à estabilidade decenal foi assegurado o direito de opção pelo novo sistema, com efeitos retroativos à data de sua implantação.
- ❹ Os trabalhadores eventuais apenas foram vinculados ao sistema do FGTS com o advento da Constituição de 1988, que lhes estendeu os mesmos direitos previstos para os trabalhadores com vínculo de emprego.
- ❺ Não são contemplados pelo FGTS os trabalhadores vinculados à administração pública direta, autárquica ou fundacional, desde que submetidos a regime jurídico especial, inconfundível com o modelo da CLT.

QUESTÃO 64

Ainda em relação ao FGTS, julgue os itens que se seguem.

- ❶ É composto exclusivamente dos depósitos realizados nas contas vinculadas dos trabalhadores, além de multas, juros moratórios e correção monetária incidentes sobre débitos de tal natureza.
- ❷ É regido por normas e diretrizes estabelecidas pelo conselho curador, composto por representantes de trabalhadores, empregadores e órgãos governamentais, cabendo à Caixa Econômica Federal o papel de agente operador.
- ❸ Obriga os empregadores a realizarem depósitos bancários, nas contas vinculadas, em valor equivalente a 8% da remuneração paga ou devida no mês anterior a seus empregados, incluídas as gratificações natalinas.
- ❹ Será levantado pelo trabalhador em caso de dispensa imotivada, por culpa recíproca ou força maior, ou ainda quando obtiver aposentadoria pela previdência social.
- ❺ Poderá ser levantado pelo trabalhador acometido de neoplasia maligna ou quando portador do vírus HIV, salvo, nesse último caso, quando demonstrado que a origem da doença decorre do uso de substâncias tóxicas geradoras de dependência química.

QUESTÃO 65

A respeito dos direitos sociais e respectivos fundamentos inscritos na Constituição da República, julgue os itens seguintes.

- ❶ A flexibilização da legislação do trabalho nos parâmetros previstos no texto constitucional tem, entre seus fundamentos, a legitimidade da representação sindical de trabalhadores e empregadores.
- ❷ Tendo como fundamentos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, cabe ao Estado brasileiro, em ambiente marcado pelo pluralismo jurídico, definir os patamares mínimos de proteção aos trabalhadores, abaixo dos quais não podem contratar os sujeitos da relação de emprego.
- ❸ Já conceituado como verdadeira propriedade social, o direito ao emprego, fonte de subsistência dos trabalhadores e de seus dependentes, recebeu atenção especial do constituinte de 1988, que proibiu, em caráter peremptório, as dispensas arbitrárias ou sem justa causa, as quais, uma vez processadas, devem ser anuladas pelo Poder Judiciário, com a conseqüente reintegração do trabalhador ao emprego.
- ❹ Fundada no propósito de assegurar estabilidade e segurança às relações jurídicas, o instituto da prescrição trabalhista configura a perda do direito de ação, pela inércia de seu titular, na ausência de causas preclusivas do seu curso, no período de cinco anos contados da extinção do contrato.
- ❺ Inspirada nos objetivos maiores de proteção à maternidade e de valorização da dignidade da pessoa humana, consagrou o legislador constitucional a estabilidade no emprego à gestante, com duração de 120 dias.

QUESTÃO 66

Acerca das políticas para o mercado de trabalho, julgue os itens a seguir.

- ❶ As fontes de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são: 3% da arrecadação do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e das remunerações dos recursos depositados nas instituições financeiras federais, 2% da arrecadação do imposto de renda e 5% da arrecadação bruta do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- ❷ A gestão do FAT é feita pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), cuja composição é tripartite e paritária, com três representantes dos trabalhadores, três dos empresários e três do governo.
- ❸ As contribuições para o FGTS são compulsórias e serão depositadas em uma conta individual na Caixa Econômica Federal até o último dia útil do mês seguinte ao mês de referência.
- ❹ Embora o salário mínimo tenha sido previsto pela Constituição de 1934, ele apenas foi instituído em 1940, pelo Decreto-lei n.º 2.162, que estabeleceu diferentes valores, variáveis de estado para estado.
- ❺ Entre as novas medidas instituídas pela Constituição de 1988 que afetam o mercado de trabalho, pode-se citar a redução do número máximo de horas de trabalho por semana de 48 para 44 horas e a redução do número máximo de horas trabalhadas sem interrupção por dia de 8 para 6 horas.

QUESTÃO 67

Com relação às diferentes percepções do fenômeno do desemprego, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O nível de desemprego friccional na economia depende do fluxo de entrada e de saída de indivíduos no mercado de trabalho e da velocidade com que indivíduos desempregados encontram emprego.
- ❷ Se os salários fossem flexíveis e houvesse perfeita mobilidade geográfica e ocupacional a um custo muito baixo, então as forças de mercado seriam capazes de eliminar o desemprego estrutural.
- ❸ Desemprego cíclico ocorre porque persiste, por longo período de tempo, um desequilíbrio estrutural entre as habilidades demandadas e as ofertadas no mercado de trabalho.
- ❹ Embora existam políticas que possam minimizar o efeito de desemprego cíclico, não há nada que o governo possa fazer para minimizar os efeitos do desemprego estrutural.
- ❺ A teoria do capital humano lida fundamentalmente com os problemas decorrentes da histerese no mercado de trabalho e do desemprego sazonal.

QUESTÃO 68

Julgue os itens abaixo, relativos às diferentes teorias econômicas para a determinação dos níveis de emprego e de salário.

- ❶ A lei de Okun caracteriza a existência de uma relação geralmente negativa entre a razão produto interno bruto (PIB) real efetivo e PIB potencial e o hiato entre a taxa de desemprego corrente e a taxa média de desemprego.
- ❷ A relação prevista na lei de Okun é determinada pelas condições do mercado de trabalho, não apresentando variações em função de alterações nas leis trabalhistas.
- ❸ Ao longo dos últimos anos, observou-se a existência de uma forte convergência das taxas naturais de desemprego dos países desenvolvidos.
- ❹ Um dos pressupostos mais importantes do modelo de salário-eficiência é o de que uma redução do salário pago por uma empresa em relação às demais empresas acarretará uma redução na produtividade de seus trabalhadores.
- ❺ Uma das possíveis hipóteses para explicar o perfil dos salários entre categorias é a da existência de diferenciais compensatórios, o que é tratado exaustivamente na teoria hedônica dos salários.

QUESTÃO 69

Tendo como referência as principais proposições do que comumente se denomina de modelo neoclássico, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em um mercado em concorrência tanto de bens como de fatores, a firma maximiza o lucro quando o salário real é igual à produtividade marginal do trabalho.
- ❷ Quando o salário real aumenta, o nível de emprego também se eleva, pois os maiores salários levam a um aumento do consumo, que se traduz em maior demanda de trabalho.
- ❸ A produtividade marginal do trabalho é positiva e crescente.
- ❹ Uma das alternativas para deduzir a oferta de trabalho consiste na maximização de uma função objetivo sujeita a duas restrições: o total de horas que o indivíduo pode dedicar ao trabalho ou ao lazer e o nível de consumo, que deve ser igual ao salário por hora multiplicado pela quantidade de horas trabalhadas. A função objetivo é uma função de utilidade cujos argumentos são as horas trabalhadas e as horas de lazer.
- ❺ A relação entre quantidade de trabalho oferecida e salário real pode ser constante, crescente ou decrescente.

QUESTÃO 70

Julgue os itens a seguir, relativos aos modelos macroeconômicos comumente denominados de clássico e keynesiano.

- ❶ No modelo clássico, o salário real é igual à produtividade marginal do trabalho.
- ❷ No modelo keynesiano, o salário real independe da produtividade marginal do trabalho.
- ❸ No modelo clássico, para o qual toda oferta cria sua própria demanda (Lei de Say), o nível de produto é definido a partir do equilíbrio no mercado de trabalho, no qual se estabelece o nível de emprego e, via função de produção, fica determinada a oferta.
- ❹ No modelo keynesiano, podem existir pontos de equilíbrio com subemprego da mão-de-obra, fato que deve ser atribuído à rigidez (inflexibilidade à baixa) nos salários reais.
- ❺ A origem intelectual do modelo macroeconômico clássico pode ser encontrada nas obras de Ricardo, Marx e Malthus.

QUESTÃO 71

No que se refere à segmentação do mercado de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere que, em média, no Brasil, os rendimentos do trabalho dos homens são superiores aos rendimentos do trabalho das mulheres. A partir da constatação dessa diferença de rendimentos por sexo, um economista neoclássico conclui que existe discriminação contra a mulher no mercado de trabalho.
- ❷ Considere que, em média, os salários na região Nordeste são inferiores aos rendimentos do trabalho na região Sudeste. Exclusivamente a partir dessa constatação, um economista neoclássico não concluiria que existe segmentação no mercado de trabalho entre essas duas regiões.
- ❸ A teoria do capital humano é um arcabouço analítico que tenta modernizar a teoria marxista do capital a fim de explicar a distribuição de renda entre capitalistas e assalariados nas sociedades pós-industriais.
- ❹ Mercados internos de trabalho, mercados de trabalho primários e mercados de trabalho secundários são uma classificação utilizada pela corrente institucionalista, que tem em M. Piore e P. Doeringer dois de seus maiores representantes teóricos, para abordar um fenômeno conhecido como segmentação dos mercados de trabalho.
- ❺ Para os partidários do arcabouço teórico neoclássico, a segmentação do mercado por gênero, raça e região tem custos em termos sociais, mas, em termos econômicos, eleva a eficiência alocativa do mercado de trabalho.

QUESTÃO 72

Julgue os itens a seguir.

- ❶ A taxa de desemprego é a relação percentual entre as pessoas que procuram emprego e a quantidade de ocupados.
- ❷ Na metodologia utilizada pela pesquisa de emprego e desemprego (PED) do SEADE/DIEESE, o desemprego total é a soma do desemprego aberto mais desemprego oculto. Este último, por sua vez, é definido como a soma do desemprego oculto pelo trabalho precário mais desemprego oculto pelo desalento.
- ❸ PNAD é a sigla, em português, do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, também denominado de PNUD.
- ❹ Uma das maiores críticas à metodologia da PED está centrada no fato de que essa pesquisa considera como desocupados todos os indivíduos que estão no mercado informal de trabalho (assalariados sem carteira de trabalho assinada e autônomos), o que gera uma taxa de desemprego muito superior à calculada pelas pesquisas de domicílio do IBGE.
- ❺ A diferença entre a população em idade ativa (PIA) e a população economicamente ativa (PEA) está no número de pessoas que não participam do mercado de trabalho, ou seja, que não estão ocupadas nem à procura de trabalho.

QUESTÃO 73

Julgue os itens seguintes, quanto às políticas ativas e passivas para o mercado de trabalho.

- ❶ O salário mínimo é um típico exemplo de intervenção no mercado de trabalho que não pode ser classificada como política ativa de emprego.
- ❷ Em todos os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como no Brasil, a principal política passiva de emprego é o seguro-desemprego.
- ❸ A avaliação internacional do impacto da formação profissional revela dúvidas sobre a eficácia dessa ação em termos de política pública adequada para reduzir o desemprego e(ou) reduzir as chances de perder o emprego e(ou) elevar os rendimentos dos beneficiários.
- ❹ As políticas de emprego, a partir dos anos 90, foram marcadas pela diminuição da importância das políticas passivas, pela articulação entre as políticas passivas e as ativas e pela instituição de programas de focalização que privilegiassem a população mais vulnerável (jovens em busca do primeiro emprego, mulheres, desempregados de longa duração etc.).
- ❺ O que comumente se denomina de flexibilização do mercado de trabalho integra o elenco de políticas passivas de emprego que, não obstante as tentativas realizadas no Brasil, ocuparam um lugar marginal no país a partir dos anos 90 do século passado.

QUESTÃO 74

Os dois fenômenos usualmente identificados como causas das mudanças nos mercados de trabalho mundiais, inclusive no brasileiro, nas últimas duas décadas, são a globalização e as novas tecnologias. A esses dois fenômenos é atribuída uma diversidade de tendências, como o crescimento do desemprego da população jovem e das pessoas adultas com pouca qualificação, a elevação das desigualdades e o pouco dinamismo ou mesmo queda no valor real dos salários. Tendo como referência esse contexto, julgue os itens subsequentes.

- ❶ No Brasil, a taxa de desemprego por anos de estudo reflete bem os desdobramentos, sobre o mercado de trabalho, das exigências, em termos de qualificação, das novas tecnologias. A taxa de desemprego segundo anos de estudo é decrescente. Em outros termos, se a PEA for dividida por anos de estudo, quanto maior for o número de anos de estudo concluídos pelos indivíduos, menores serão as taxas de desemprego.
- ❷ Um mercado de trabalho com pouca regulamentação legal-institucional é identificado como de maior flexibilidade, entendida esta como capacidade de adaptação aos choques, com poucos custos em termos de desemprego, especialmente, quanto ao de longa duração. O exemplo normalmente citado é o mercado de trabalho dos EUA e, em geral, dos países anglo-saxões. Esse tipo de mercado de trabalho é tido como mais adequado ao novo contexto mundial. Contudo, certos países europeus, especialmente os países nórdicos, registram forte presença sindical e uma elevada regulamentação, porém suas taxas de desemprego são baixas e se situam em patamares próximos aos dos EUA. Esse fato leva a relativizar diagnósticos muito gerais e a analisar, em cada caso particular, a eficiência do marco institucional que regula o mercado de trabalho.
- ❸ Usualmente, atribui-se a elevação do desemprego (ou parte de sua elevação) ao crescimento da produtividade viabilizado pelas novas tecnologias, já que estas permitem a mesma produção com um número menor de trabalhadores, o que alimenta o contingente de desempregados. Uma das políticas propostas para combater o desemprego consiste na redução da jornada de trabalho, a fim de elevar os requerimentos de indivíduos por unidade de produto. Essa alternativa foi implementada por diversos países, particularmente pela França, em 1982 e no período de 1998 a 2000. A matriz teórica que fundamenta esse tipo de política não é o arcabouço analítico neoclássico.
- ❹ As desigualdades de rendimentos cresceram em todo o mundo a partir dos anos 80 do século XX. Existe consenso sobre essa afirmação. Contudo, não há consenso sobre as causas que geraram o aumento na dispersão dos rendimentos. Os teóricos ligados à teoria do capital humano tendem a atribuir essa elevação das desigualdades à redução do estado de bem-estar (redução dos benefícios sociais) que ocorreu de forma mais ou menos geral nesse período histórico (a partir dos anos 80 até hoje).
- ❺ As formas atípicas de emprego (trabalho em tempo parcial, trabalho temporário etc.) são as alternativas de inserção no mercado de trabalho que registraram o crescimento mais dinâmico nos países da OCDE a partir de meados dos anos 80.

QUESTÃO 75

Julgue os itens abaixo.

- ❶ Não obstante a extensão da pobreza, o Brasil apresenta um dos menores coeficientes de Gini dos países da América Latina.
- ❷ Os modernos modelos de crescimento endógeno estabelecem um impacto positivo da concentração de renda sobre o potencial de crescimento. Concentrando-se a renda, elevar-se-á a poupança, o que viabilizará um maior investimento e aumentará o crescimento potencial.
- ❸ As políticas sociais do tipo bolsa-escola (benefício monetário a uma população específica que tem como contrapartida a escolarização das crianças) podem ser fundamentadas na teoria do capital humano e no círculo vicioso da pobreza.
- ❹ A teoria da justiça com equidade, de John Rawls, é uma referência incontornável no debate sobre a justiça social hoje.
- ❺ As políticas de renda mínima têm adeptos tanto no liberalismo econômico (por exemplo, Milton Friedman) quanto na esquerda (como André Gorz).

QUESTÃO 76

Julgue os itens a seguir.

- ❶ Nos anos 90, a elevação do desemprego no Brasil deveu-se à sensível queda no número de postos de trabalho.
- ❷ O Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) é uma política implementada em meados dos anos 90 que veio substituir o antigo sistema "S".
- ❸ No Brasil, mais ou menos 40% dos desligados com carteira, sem justa causa, são beneficiados com o seguro-desemprego.
- ❹ O PLANFOR incorre nas mesmas limitações do antigo sistema "S", uma vez que a formação que proporciona está limitada aos assalariados do mercado formal.
- ❺ As parcerias que o MTE estabeleceu com a sociedade civil, em matéria de políticas de emprego, incluem as centrais sindicais.

QUESTÃO 77

De acordo com a Lei n.º 6.514, de 22/12/1977, relativa a segurança e medicina do trabalho, e com a Portaria n.º 3.214, de 8/6/1978, em sua NR-2, que trata da inspeção prévia, julgue os itens abaixo.

- ❶ Todo estabelecimento novo, antes de iniciar suas atividades, disporá de trinta dias de carência para solicitar aprovação de suas instalações ao órgão regional do MTE.
- ❷ Somente após a realização da inspeção prévia de um estabelecimento novo, o órgão regional do MTE emitirá o certificado de aprovação de instalações (CAI).
- ❸ Em caso de modificações substanciais nas instalações e(ou) nos equipamentos de seu(s) estabelecimento(s), uma empresa deverá comunicar e solicitar aprovação da secretaria de obras públicas.
- ❹ A inspeção prévia e a declaração de instalações referidas na NR-2 constituem os elementos capazes de assegurar que um novo estabelecimento inicie suas atividades livre de riscos de acidentes e(ou) doenças do trabalho, razão pela qual o estabelecimento que não atender ao disposto na NR fica sujeito ao impedimento de seu funcionamento, até que seja cumprida a exigência estabelecida na CLT.
- ❺ A inspeção prévia deve ser cumprida por exigência exclusiva do Corpo de Bombeiros, que, após emitir certificado de aprovação, permitirá que o estabelecimento inicie imediatamente suas atividades.

QUESTÃO 78

Julgue os seguintes itens, acerca da inspeção do trabalho.

- ❶ A Constituição da República refere-se expressamente ao tema, ao prever a competência da União para organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- ❷ Cabe às empresas instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a serem tomadas no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.
- ❸ Adotar medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente não cabe às empresas, mas ao órgão fiscalizador do Estado.
- ❹ Ao empregado que não colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos da segurança e medicina do trabalho é atribuído ato faltoso, podendo até ser demitido por justa causa.
- ❺ O empregado que receber da empresa equipamento de proteção individual e não desejar utilizá-lo, poderá evocar o direito constitucional à liberdade individual, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

QUESTÃO 79

A respeito da aprendizagem, julgue os itens abaixo.

- ❶ As atividades laborais do maior de quatorze anos de idade e do menor de dezoito anos de idade são plenamente equiparadas ao do maior de dezoito anos de idade, variando apenas no que diz respeito à carga horária diária.
- ❷ O empregador, em cuja empresa ou estabelecimento empregar menores de idade, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma fábrica tem suas atividades em zona rural e ocupa trinta e cinco menores analfabetos, de quatorze a dezoito anos de idade, em atividades de aprendizagem. A escola mais próxima fica a três quilômetros de distância. Nessa situação, diante da exigência do órgão fiscalizador, é correta a alegação do empregador ao declarar não ser obrigado a manter, na fábrica, local apropriado à instrução desses menores, face a proximidade da escola.
- ❹ Conforme previsto na CLT, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado.
- ❺ O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de cinco anos.

QUESTÃO 80

Com relação à saúde do trabalhador e a sua promoção social, dentro dos princípios definidos em convenções da OIT, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A OIT visa à elevação dos níveis de vida e à proteção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores em todas as ocupações.
- ❷ Em recente pronunciamento, o diretor geral da OIT assegurou que a tarefa mais importante da OIT no século XXI é a criação de oportunidades de trabalho digno para as mulheres e homens.
- ❸ Uma das manifestações de insatisfação declarada na Convenção de Genebra, em 2001, diz respeito à OIT, que não vem promovendo a uniformização internacional do direito do trabalho de modo a propiciar uma evolução harmônica das normas de proteção ao trabalhador e a alcançar a universalização da justiça social e o trabalho digno para todos.
- ❹ A Convenção n.º 148 da OIT, em vigência no Brasil por intermédio do Decreto n.º 93.413/1986, versa sobre a proteção dos trabalhadores contra os riscos devido à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho, mas não prevê que os trabalhadores ou seus representantes tenham direito a informação e orientação e a recorrerem a instâncias apropriadas, a fim de que seja assegurada a proteção contra os riscos mencionados.
- ❺ A Convenção n.º 155 da OIT, em vigência no Brasil por meio do Decreto n.º 1.254/1994, versa sobre segurança e saúde dos trabalhadores e meio ambiente do trabalho, determinando que o país deve instituir uma política nacional quanto à matéria que versa.